

A CONDIÇÃO CAMPONESA REVISITADA: TRANSFORMAÇÕES E PERMANÊNCIAS

Ezequiel Redin

(Mestrando em Extensão Rural, UFSM, Rio Grande do Sul)

Paulo Roberto Cardoso da Silveira

(Doutorando em Ciências Humanas, UFSC, Rio Grande do Sul)

Resumo

O trabalho tem por objetivo resgatar a discussão sobre o campesinato e sua relevância na sociedade contemporânea. Nesse sentido, busca-se compreender como era abordado o campesinato pelos autores rurais clássicos (Lênin, Kaustly e Chayanov), propondo um contraponto com os contemporâneos (Van der Ploeg, Sabourin e Wanderley). Busca-se demonstrar que esse debate revisitado pode contribuir para melhor compreensão da diferenciação presente na agricultura contemporânea, esta muitas vezes oculta, diante das leituras homogeneizantes da globalização. Ao final, procura-se fornecer algumas indicações sobre o desenvolvimento do campesinato e suas implicações conceituais e práticas para a definição de políticas públicas.

Palavras-Chave: Campesinato; desenvolvimento da agricultura; sistema industrial alimentar.

Área: Desenvolvimento Rural

Abstract

This paper aims to rescue the discussion about peasantry and its relevance in our contemporary society. In this sense, it looks forward to understanding how peasantry was approached by the classic rural authors (Lenin, Kaustly and Chayanov), by proposing a counterpoint with the contemporaries (Van der Ploeg, Sabourin and Wanderley). It also seeks to demonstrate that revisiting this debate can contribute to a better understanding of this differentiation in contemporary agriculture, which is often hidden in face of homogenizing readings of globalization. In the end it attempts to supply some indications about the development of peasantry and the conceptual and practical implications of this development for the definition of public policies.

Keywords: Peasantry; agricultural development; food industry system.

Area: Rural Development

1. Introdução

Ao resgatarmos o debate sobre a condição camponesa na agricultura contemporânea, esforço compartilhado com vários autores aqui examinados, gera-se surpresa em muitos e perplexidade em outros. Aos primeiros, habituados a um discurso que busca homogeneizar os agricultores sob o rótulo de empresários rurais cada vez mais sintonizados com o mercado, soa como heresia falar em características camponesas na agricultura, pois isso se vincularia a um passado que o desenvolvimento das forças produtivas deixou para trás. Aos segundos, mesmo defensores de uma agricultura de base familiar, falar em campesinato é desconstituir essa categoria como tipo de agricultura capaz de responder às demandas da sociedade, de produzir alimentos a preços acessíveis para a maioria da população e de gerar trabalho e renda no espaço rural, de modo não somente viável como funcional ao sistema capitalista.

No entanto, hoje tais visões são contestadas pelos movimentos sociais vinculados à “Via Campesina”, os quais propõem um resgate da noção de campesinato como forma de organização da produção voltada à segurança alimentar das famílias agricultoras. Tal noção, como procura-se demonstrar aqui, pode contribuir para explicarmos a diferenciação presente na agricultura contemporânea, especificamente no caso brasileiro. Desse modo, pode-se dar conta da diversidade de situações encontradas no cenário rural, onde a multiplicidade de racionalidades e formas de organização da produção é um substrato empírico que desbanca a pressuposta homogeneidade dos modelos de análise dominantes em um contexto identificado como de globalização econômica.

Mas deve-se advertir que o resgate da noção de campesinato não implica transpor os modelos clássicos para a realidade brasileira do século XXI. Pelo contrário, significa superar determinados elementos analíticos que são tributários de um campesinato que vivia isolado do restante da sociedade, em uma economia de auto-sustento. Hoje, falar em campesinato exige considerar que dogmas tais como o equilíbrio trabalho-consumo como mecanismo regulador das decisões-ações dos agricultores, denominados de camponeses, devem ser questionados, considerando-se a maior inserção dos agricultores nos circuitos de mercado e a possibilidade de se gerarem excedentes em relação às necessidades de consumo familiar. Nessa complexidade hoje vivenciada, a urbanização do rural tem permitido, cada vez mais, que o consumo familiar possa ser atendido com a aquisição de alimentos e não, apenas, pela produção própria.

Em uma economia monetária bem mais desenvolvida, precisa-se superar a idéia de uma condição camponesa como auto-suficiência alimentar. Como veremos, adiante, pode-se ter esta condição em cenário de penúria alimentar, enquanto famílias bem mais inseridas no mercado podem estar mais próximas da segurança alimentar.

Essa não linearidade necessária nas relações entre conceitos academicamente vigorosos e contextos empíricos tem desafiado nossos modelos de análise e exigido maior flexibilidade na compreensão da diferenciação social no contexto rural. É nessa perspectiva que este trabalho se enquadra, pretendendo abordar a dificuldade de definição conceitual do termo camponato na contemporaneidade e as diversas tentativas já realizadas com esse objetivo. Foca-se na produção de pesquisadores que têm se dedicado ao assunto, desde os autores clássicos até contemporâneos, não havendo a pretensão de trazer à tona uma inovação no que se refere ao tema, pois muitas incursões já foram realizadas e muitas proposições analíticas estabelecidas. No entanto, visitar esse debate permite desvelar as contradições entre o que a literatura aponta e as diferentes realidades objetivas presentes nas distintas regiões brasileiras.

Parte-se de uma análise teórico-metodológica sobre o termo camponês, primeiramente, abordando as discussões sobre o camponato nos clássicos estudos rurais da tradição do pensamento socialista (Lênin e Kautsky) e suas implicações no debate da agricultura brasileira. Avança-se para as contribuições de Alexander Chayanov, representante da corrente de pensamento conhecida como “populistas russos”, os quais defendiam uma tese da sobrevivência do camponato diante das transformações da sociedade, devido ao equilíbrio trabalho-consumo que o caracterizava e sua capacidade de organização em cooperativas, o que proporcionaria uma escala coletiva necessária para competir nos mercados nacionais e mundiais. Busca-se apontar a limitação dessa tese diante da forma que se constituiu o sistema alimentar industrial contemporâneo. Adiante, propõe-se uma reflexão sobre a atualidade da agricultura camponesa e algumas decorrências de suas abordagens recentes. Por último, mas sem a intenção de finalizar o debate, aponta-se uma indicação sobre futuras questões de pesquisa e suas implicações.

2. O camponato de ontem na concepção dos clássicos: Lênin, Kaustly e Chayanov

Neste momento, aborda-se o camponato em seu percurso histórico, revisando os estudos rurais clássicos, compreendendo as leituras sobre o lugar desse sujeito social no desenvolvimento da agricultura diante da radicalização das relações capitalistas de produção no campo e em sua relação com a sociedade envolvente. Pretende-se apresentar a linha argumentativa central de cada autor e como esta tem influenciado o debate brasileiro. Objetiva-se entender como cada autor tem contribuído na compreensão das transformações observadas na sociedade brasileira nos últimos cinquenta anos e como sua abordagem da condição camponesa pode dialogar com a dinâmica dos grupos sociais rurais brasileiros em um contexto de modernização acelerada da agricultura e sua subordinação ao sistema alimentar industrial, cada vez mais, mundializado.

2.1 Implicações das abordagens de Lênin e Kautsky para o debate sobre o campesinato no Brasil

A obra revisitada de Lênin, *O desenvolvimento do Capitalismo na Rússia*, serve de apoio teórico-metodológico para qualquer análise que se proponha a discutir o campesinato. Primeiro, pelo seu caráter inovador diante dos debates na época; segundo, pela tese que representa, a qual ainda hoje repercute na esfera intelectual dos estudos rurais. Wladimir Ilich Lênin, eminente intelectual russo, fundador da Terceira Internacional Socialista e líder da revolução de outubro de 1917, que implantou o comunismo em seu país, possui uma obra vasta, na qual se inclui uma análise do futuro da agricultura no novo sistema econômico.

Lênin estabelece um debate com os populistas russos (os quais defendiam a manutenção da propriedade da terra na mão dos camponeses), defendendo que a propriedade coletiva da terra sob a direção do estado comunista seria a forma ideal para as necessidades do novo regime. Para tanto, Lênin debruça-se sobre os censos agrícolas realizados pelos zemstvos (formas de auto-administração local sob a égide da nobreza), buscando elementos para formular sua teoria sobre o desenvolvimento rural ainda nos marcos capitalistas. Ele aponta que a diferenciação social levaria a uma transformação do campesinato, resultando em duas condições sociais: burgueses proprietários de terras, utilizando crescentemente a mão-de-obra assalariada; e operários agrícolas, despossuídos dos bens de produção. Apoiado em fundamentos marxistas, faz uma reflexão minuciosa sobre alguns trabalhos da época e projeta as contradições a respeito da posição do campesinato no capitalismo.

Em sua abordagem, Lênin insiste que o campesinato, em sua forma antiga, deixará de existir, sendo substituído por novos tipos de população rural que compõem a base de uma sociedade dominada pela economia mercantil e pela produção capitalista. Nesse aspecto em particular, Abramovay (1992) indica que as previsões de Lênin não se concretizaram, na maioria dos casos observados em diferentes sociedades, pois é inadequado afirmar que a sobrevivência da produção familiar no capitalismo contemporâneo seja explicável pela miséria do produtor e a incompatibilidade entre o progresso técnico e a organização da produção com base na família. O ponto central na abordagem de Lênin (1982:113) está no fato de que “o camponês está inteiramente subordinado ao mercado e depende dele tanto para seu consumo pessoal como para sua atividade, sem falar nos impostos”. Portanto, está diretamente vinculado ao capitalismo.

É a partir dessa concepção que o autor faz menção a três tipos de campesinatos em sua diferenciação histórica: o campesinato rico, o campesinato pobre e o campesinato médio. O *campesinato rico*, ou *burguesia rural*, é entendido por Lênin como aquele setor que pratica a agricultura mercantil sob todas as suas formas, desde o arrendamento de terras até sua aquisição no mercado e gestão dos cultivos agrícolas. É constituída pelos proprietários de estabelecimentos industriais e de empresas comerciais,

entre outros. Detém parte dos meios de produção, parte dos produtos agrícolas e predomina no campo. Seus constituintes contratam mão-de-obra, pois suas terras ultrapassam a capacidade de trabalho da família; utilizam tecnologias agrícolas capazes de representar maior produtividade da terra e do trabalho; possuem vantagem competitiva porque podem deixar a terra repousar; investem seu capital tanto na agricultura (compra e aluguel de terras, emprego de operários, aperfeiçoamento de instrumentos, etc.), quanto nas empresas industriais (fabricação de instrumentos e produção).

O *campesinato pobre* tem mão-de-obra limitada devido às famílias pouco numerosas. Seus representantes não possuem cavalo ou apenas um (indicador da capacidade de tração, fundamental para fornecer produtividade ao trabalho empregado); não deixam a terra descansar; não detêm conhecimento mais complexo das práticas agrícolas e seus produtos têm menor qualidade do ponto de vista do mercado pelos métodos de cultivo com baixo nível de utilização de insumos externos à UPA. Lênin insere o *campesinato pobre*, os assalariados, os diaristas, os peões, os operários civis ou aqueles operários com um lote de terra na categoria de proletariado rural.

Para Lênin, o sentido do desenvolvimento da agricultura é a expropriação dos meios de trabalho desse camponês pobre, reduzindo-o apenas a uma força de trabalho que seria ofertada ao mercado de trabalho rural ou urbano, tornando-o, portanto, um assalariado. Na estratificação da sociedade capitalista, o camponês pobre seria um proletário e mesmo que ainda detenha a posse da terra, o processo de proletarização será crescente e irreversível. Fiel à tradição marxista, Lênin vê esse processo como necessário, pois está relacionado com a extração de mais-valia (expropriação da força de trabalho pelo capitalista que detém os meios de produção), sem a qual o capital não pode seguir seu processo de valorização contínua.

O *campesinato médio* é interpretado por Lênin como uma classe intermediária, cujos integrantes precisam recorrer ao associativismo para se manterem na atividade agrícola e enfrentam algumas desvantagens, tais como a perda de tempo nos deslocamentos e a falta de animais de tração. Sob o ponto de vista da economia mercantil, o *campesinato médio* é o grupo menos desenvolvido. Sua situação é instável e, somente em função dos anos considerados “bons” para a agricultura, conseguem manter-se na atividade agrícola. Como afirma Lênin (1982: 118), em muitas circunstâncias o camponês médio “só sobrevive contraindo dívidas a serem pagas em trabalho e procurando rendas suplementares, que advêm basicamente da venda de sua força de trabalho. A cada colheita ruim, massas de camponeses médios são lançadas nas fileiras do proletariado”. Lênin entende que apenas uma minoria pode conseguir ascender ao *campesinato rico*, enquanto muitos se incorporarão ao *campesinato pobre*, num processo de intensificação dos extremos, a que o autor denomina descampesinização.

A tese leninista influenciou todo o debate do desenvolvimento da agricultura no Brasil até meados dos anos 80. As incursões das ciências sociais nos estudos sobre os processos de transformação no espaço

rural no país foram inspiradas pelo enfoque leninista, argumentando que a expansão do capital no campo aconteceria através da concentração de terra e capital nas grandes unidades de produção de trabalho assalariado. Como consequência, a adoção da modernização agrícola, compreendida como uma mudança na base técnica da agricultura, acarretaria um processo crescente de exclusão dos agricultores que, por várias circunstâncias, dispunham de menor acesso aos fatores de produção (terra, trabalho e capital).

A abordagem leninista no Brasil sempre considerou relevante a escala de produção, por isso, a persistência da pequena produção na literatura dos anos 1970-1980 era vista como limitada pelo espaço-tempo e auto-restrita, ou seja, era efêmera, residual e fadada ao desaparecimento. Sob esse olhar, os leninistas acreditavam que os pequenos produtores, por disporem de escassos fatores de produção, não tinham condições de almejar uma escala necessária para se reproduzir e seriam inapelavelmente excluídos do processo de produção agrícola pelo desenvolvimento tecnológico. Os leninistas consideravam que a eventual permanência dos pequenos produtores no campo não incidiria sobre a dinâmica central: a concentração da posse da terra e do capital em mãos de empresários agrícolas com áreas cada vez maiores e utilizando muitos trabalhadores assalariados.

Dessa forma, buscava-se explicar a permanência de camponeses em meio a um processo de concentração de capital no campo e à subordinação dos agricultores aos complexos agroindustriais em consolidação (Silva, 1988; Müller, 1989). Percebia-se que em regiões onde a baixa qualidade do solo não oferece melhor condição de retorno para a agricultura capitalista, nos extremos da fronteira agrícola em expansão, que regularmente expulsava o pequeno produtor, ressurgia, permanentemente, o campesinato. Mas, tal fato era considerado periférico e não confrontava uma tendência inexorável de extinção do campesinato em sua forma mais tradicional.

Foi sob esse prisma que a maioria dos intelectuais percebia o meio rural brasileiro até o final dos anos 80. A implicação negativa dessa hegemonia intelectual foi o fato de não se terem observado as transformações que aconteciam no campo e nas próprias formas de agricultura, as quais foram entendidas, apenas, como resultado da modernização e industrialização da agricultura, concomitantemente, ao aumento da produtividade da terra e do trabalho. Por sua vez, esse processo, que se pode chamar de invisibilidade da pequena produção na agricultura, era tido, na época, como tema de uma discussão marginal, mesmo que pesquisas apontassem a existência de estratégias de reprodução de um campesinato que permanecia e integrava-se ao capital.

Em seu livro “*A modernização dolorosa*”, José Graziano da Silva (1982) aborda o processo de desenvolvimento da agricultura e, de modo particular, a “penetração” do modo capitalista de produção no campo, o consumo e a produção de alimentos no Brasil e a questão da estratégia de modernização adotada. Sua análise adverte para o fato de que a agricultura se industrializou, seja como compradora de produtos industriais, seja como produtora de matérias-primas para essas atividades. É interessante

perceber que, já em 1982, esse autor previa que, no futuro próximo, teríamos os ganhos de produtividade da terra que os agrônomos e os poetas acreditavam ser a redenção dos agricultores brasileiros (índices obtidos nos E.U.A), mas que, certamente, esses acréscimos de produtividade continuariam restritos a certas regiões e produtos, devido a condições relacionadas à difusão do progresso técnico nos países capitalistas dependentes.

Na visão desse autor, a modernização intitulada de dolorosa, porque lenta, restrita, concentradora de renda e terra, além de excludente de milhares de agricultores, continuará seu caminho acompanhado por uma presença cada vez maior de capitais monopolistas controlando a venda dos insumos básicos, dos meios de produção e da comercialização. No momento em que se fala sobre a pequena produção e as transformações da agricultura brasileira, adverte-se para o processo de tecnificação que ocorre, na maioria das vezes, por imposição do grande capitalista-comprador, o qual exige uma padronização da produção, ou por necessidades inerentes ao próprio tipo de cultivo, pois a maioria das culturas (fumo, tomate, uva, etc.) que os pequenos produtores são pressionados a plantar, só é altamente produtiva quando acompanhada de um bom pacote tecnológico. Este, por sua vez, é uma imposição do grande capital industrial, que produz os chamados insumos modernos (GRAZIANO DA SILVA, 1982).

Em 1989, Geraldo Müller publica o livro “Complexo Agroindustrial e Modernização Agrária”, no qual chama de complexo agroindustrial (CAI) o processo de integração indústria-agricultura. Mesmo adotando uma posição leninista, o autor adverte que a agricultura está em distintos estágios de industrialização ou possui combinações de elementos modernos e atrasados, sendo que esse processo de industrialização do campo com tendência à generalização produziu novas desigualdades técnicas, econômicas, organizacionais e regionais. Assim, a tendência à homogeneização das condições de produção e distribuição provocadas pela incorporação da agricultura à lógica industrial, ao mesmo tempo em que acentuou as desigualdades entre o setor dinâmico e o atrasado da agricultura, provocou novas desigualdades segundo o modo e o grau em que foram afetadas as linhas produtivas, as regiões e as localidades. Para Müller (1989), o dinamismo da agricultura brasileira está diretamente associado à expansão e diversificação do mercado interno de matérias-primas e alimentos. Assim, é possível que ocorram diversas formas de agricultura e que um pequeno produtor de alimentos sobreviva, mesmo que sobre a tutela do capital industrial e financeiro.

Assim como a obra de Lênin, “A Questão Agrária”, de Karl Kautsky, publicada originalmente em 1899, cumpre importante papel no debate sobre o campesinato e o desenvolvimento da agricultura. Embora também de inspiração marxista, a leitura que esse pensador alemão, líder da Segunda Internacional Socialista, faz sobre o processo de desenvolvimento da agricultura é diferente daquela de Lênin. Para Kautsky, o modo de produção capitalista não era a única forma de produção existente na sociedade da época, visto que ainda convivia com traços do sistema pré-capitalista.

Na perspectiva de Kautsky, a introdução do caráter industrial nas relações de trabalho agrícola (entendida como divisão do trabalho e adoção de máquinas e equipamentos que aumentavam a produtividade do trabalho) deveria modificar, no futuro, as relações do camponês com o mercado. Se, anteriormente, a família era totalmente independente — construía, produzia, colhia e se protegia com o resultado de seu próprio trabalho —, hoje a subordinação ao capital agroindustrial reduz radicalmente seu grau de autonomia na organização da produção e as relações com o mercado são cada vez mais importantes para garantir as necessidades básicas da família.

Para Kautsky, na agricultura alemã da época, a pior coisa que poderia acontecer era uma má colheita, mais que um incêndio ou uma invasão de um exército inimigo, pois esses eram males passageiros e, posteriormente, protegido, o camponês continuaria sua reprodução. Já a má colheita colocaria o camponês em vulnerabilidade, pois ele não poderia continuar acompanhando as inovações técnicas direcionadas à agricultura, o que diminuiria sua competitividade (redução da capacidade de investimento e descapitalização para garantir a sobrevivência da família).

Por outro lado, com o desenvolvimento da indústria de insumos para a agricultura, inicia-se um processo de inovação em que se produzem utensílios e instrumentos, em outras palavras, criam-se necessidades que rapidamente são difundidas para o campo. Assim, começa-se a dependência da agricultura em relação a fatores externos de produção e, desse modo, quanto mais o camponês cai sob a dependência do mercado, maior é a necessidade de terra para atender às exigências deste aumento de escala para se inserir no mercado e para viabilizar receita suficiente para custear os insumos industriais. E quando a escala necessária não se viabiliza, a migração em direção ao urbano é o destino do camponês.

Kautsky vê o camponês como sofrendo um processo de transformação na sua racionalidade de produção. O camponês da Idade Média era um agente de uma sociedade econômica que se bastava inteiramente a si própria: produzia seu alimento, fabricava suas roupas e instrumentos de trabalho. Contudo, a superioridade da indústria urbana dissolveu a indústria doméstica da sociedade camponesa, a qual caiu sob a dependência do mercado para sua subsistência. Desse modo, a produção agrícola se transformou em mercadoria, diminuiu a possibilidade de se manter o estágio primitivo da venda direta ao consumidor e surgiu a necessidade de um intermediário.

O camponês deixa de ser artesão pela competitividade da indústria e quanto mais esse processo avança, mais ocorre o processo de dissolução da indústria doméstica e aumenta a necessidade de dinheiro como meio de troca para o camponês. Todo esse processo traz consequências e problemas sociais tais como a migração rural-urbana e o processo de proletarização.

Na produção intelectual brasileira, um dos autores que se referencia no enfoque kautskyano é John Wilkinson. Para ele, o eixo orientador da abordagem do capitalismo na agricultura é a subordinação desta à indústria, porque o desenvolvimento tecnológico intensivo em capital promovido pelos sistemas

industriais define a permanência ou exclusão na agricultura. Argumenta esse autor, que a área explorada tem que crescer continuamente para permitir a adoção viável das tecnologias que a indústria gera ao longo do tempo. A título de exemplificação, Wilkinson se ampara na experiência da mecanização, na qual é necessário possuir grandes extensões de terra para se adotarem as grandes máquinas na agricultura, uma vez que se precisa ter uma escala de produção suficiente, que compense a sua adoção (WILKINSON, 1986, 2002).

Um exemplo da análise kautskyana encontra-se na obra de Goodman, Sori e Wilkinson, lançada no Brasil em 1990, *Da lavoura às Biotecnologias*. Nessa abordagem, os autores analisam o desenvolvimento capitalista na agricultura como um processo de apropriação pela indústria das tarefas agrícolas, materializadas em tecnologias que podem ser comercializadas e patenteadas. Isso proporciona um aumento vertiginoso nos ganhos da indústria. Como exemplo, pode-se citar a materialização, em um produto – a capinadeira – do ato de capinar, ou a materialização, em modernas colheitadeiras, do ato de ceifar; mesmo caso, seria a operação de semear manualmente, substituída por eficazes plantadeiras com suas regulagens precisas e diversas.

Da mesma forma, ao substituir alimentos produzidos a partir de matérias-primas agrícolas por insumos de origem sintética, a indústria avança sobre a agricultura, criando um espaço de valorização do capital. Desse modo, existe marginalização dos produtos da agricultura, que, logicamente, perdem seu valor comercial, como é o caso clássico da manteiga perante a margarina.

Na leitura da agricultura brasileira, a análise de Kautsky não foi hegemônica neste debate, mas, cada vez mais, ela assume importância quando se observa a organização dos complexos agroindustriais e a definição dos rumos do desenvolvimento na agricultura (WILKINSON, 1997).

Na tentativa de buscar uma visão crítica sobre os clássicos, tomamos a análise de Abramovay (1992), a qual adverte para a inexistência de uma discussão específica sobre o campesinato e a questão agrária nas obras marxistas (de Lênin, Kautsky e de Marx), embora, partindo-se delas, seja possível determinar a natureza e a origem dos rendimentos camponeses. Para o autor, a estratificação social da agricultura não corresponde à polarização prevista pelos marxistas, entre burguesia e proletariado rural, tampouco possui traços básicos do que é conceituado como campesinato nos estudos rurais clássicos.

Abramovay (1992) considera que esse camponês, objeto dos estudos clássicos, caminha para sua extinção, e alerta para o surgimento de um novo personagem que teria assumido a condição de produtor moderno, totalmente integrado ao mercado e que racionaliza ao máximo sua produção, ao qual dá o nome de “agricultor familiar”. Nessa afirmação, Abramovay introduz dois aspectos na discussão do paradigma do capitalismo agrário: a) o camponês é sinônimo de atraso e tende a desaparecer com o avanço do capitalismo, transformando-se em agricultor familiar; b) o agricultor familiar é interessante e necessário.

De certa maneira, Abramovay concorda implicitamente com Lênin quando afirma que existe esse novo tipo de agricultor. Do mesmo modo que Lênin adverte para a extinção do campesinato antigo (que evoluiria para o campesinato rico, pobre e médio), Abramovay prevê a extinção do camponês e o tipifica como agricultor familiar. A partir dessas afirmações, Abramovay insere um novo panorama de discussão sobre o processo de desenvolvimento da agricultura. Contudo, a discussão sobre a existência do camponês na sociedade contemporânea continua acesa no debate intelectual.

Em um estudo de 2003, realizado sob a coordenação de Hughes Lamarche, sobre a Agricultura Familiar em várias regiões do mundo, foi identificada uma diversidade de situações. Em alguns lugares, a exploração familiar era tida como fundamental para o desenvolvimento da agricultura; em outros, permanecia fundada sobre a economia de subsistência; existiam lugares ainda em que era reconhecida como a única forma social de reprodução capaz de satisfazer as necessidades essenciais da sociedade; e em outros tantos, a exploração familiar era desacreditada, e passava por processo de eliminação.

Sob influência de Henri Mendras e Alexander Chayanov, Lamarche (2003; 2008) admite que a exploração camponesa é uma exploração familiar, mas que nem todas as explorações familiares podem ser compreendidas num mesmo modelo. Para ele, seria um erro admitir que todas as explorações agrícolas representem um único modelo, pois essas são consequências de diferentes formas de ocupação do espaço agrário e podem ser compreendidas em sua racionalidade somente a partir da análise do contexto social em que emergiram e se desenvolveram. Para esse autor, nesta diversidade pode-se localizar uma agricultura camponesa, ou algo que se aproxima a um modelo que poderíamos denominar de camponês.

2.2 Chayanov e suas contribuições para a explicação do campesinato

Toma-se como ponto de partida a obra *La Organización de la Unidad Económica Campesina*, de Alexander Chayanov para se entender as concepções desse autor sobre o campesinato. Economista e funcionário do Estado russo, Chayanov desenvolve suas análises a partir das detalhadas estatísticas dos censos realizados junto aos agricultores. Esse autor afirma que as necessidades de consumo familiar condicionam e motivam as decisões sobre a produção em unidades agrícolas camponesas. Quanto mais essas necessidades são atendidas, menos estímulo tem a família para produzir e, assim, a tendência do campesinato é estabilizar-se e não evoluir para uma condição de maior escala de produção e busca de contratação de trabalho assalariado. Tal tese era justificável em um contexto em que os mercados eram pouco desenvolvidos e a economia voltada para subsistência em uma sociedade aldeã.

Chayanov faz uma crítica leve às aspirações populistas e marxistas sobre o destino da agricultura, desenvolvimento capitalista, diferenciação e proletarização dos camponeses. Seu ponto de vista está

fundamentado em duas perspectivas de investigação: 1) obtenção de material empírico e concepções sobre a organização econômica campesina; 2) a empresa familiar que trabalha para si mesma, tem natureza diferente de uma empresa organizada sobre a base da força de trabalho contratada.

O autor alerta que, para o entendimento do conceito de organização da unidade de exploração doméstica camponesa independente do sistema econômico no qual está inserido, inevitavelmente, deve-se fundamentar na compreensão da essência organizativa do trabalho familiar.

A obra aqui analisada se volta para a análise da organização da atividade econômica da família camponesa, definindo como exploração familiar aquela que não contrata força de trabalho exterior, que tem certa extensão de terra disponível, possui seus próprios meios de produção e, às vezes, obriga-se a empregar parte de sua força de trabalho em atividades rurais não agrícolas. Chayanov adverte que o conceito de família, particularmente, na vida camponesa, poucas vezes, coincide com o conceito biológico e, em seu conteúdo, intervém uma série de dimensões econômicas e domésticas. Nas análises estatísticas nos *zemstvos*, essa noção incluía desde aqueles que comem na mesma mesa até aqueles que se alimentam da mesma panela. Para alguns autores, em pesquisas com camponeses franceses, o conceito abrange aqueles que passam a noite protegidos pelo mesmo teto.

Em dado momento, o autor questiona a relação entre o tamanho da família e o volume de atividades; se, anteriormente, alegava-se que o tamanho da família determinava o volume da atividade econômica familiar, após algumas reflexões já se colocava em análise a possibilidade de o grau de atividade agrícola determinar a composição da família, ou seja, o camponês buscar ajustar o tamanho de sua família às necessidades de sua segurança material.

Chayanov insere o camponês no equilíbrio da relação entre o trabalho, o consumo e a intensidade de trabalho, mesmo que esse equilíbrio o mantenha com um baixo nível de bem-estar. Contudo, para o autor, o camponês demonstra certa versatilidade em momentos de carência, transmitindo um ritmo de atividades que se direciona ao limite (ou equilíbrio) natural, subjetivamente desvantajoso. Para tanto, Chayanov justifica que a lógica capitalista é insuficiente para a descrição da agricultura camponesa e que o aumento da necessidade de consumo é um entrave para o equilíbrio dessa economia. Assim, a concepção da atividade econômica campesina deve ser diferente da perspectiva de um empresário que recebe a diferença entre o ingresso bruto e os custos de produção, assemelhando-se mais com um artesão que determina o tempo e a intensidade de seu trabalho.

Ao resgatarem Chayanov, muitos autores investem na tentativa de explicar a racionalidade interna das unidades de produção, ou seja, como Abramovay (1992) salienta, é uma tentativa de elucidar o comportamento do agricultor familiar que muitas vezes o afasta da lógica capitalista da maximização de lucro. Nota-se certa incoerência em tal atitude: no momento em que se tenta deslocar uma realidade russa do início do século XX para uma agricultura brasileira do século XXI, essa teoria se torna inadequada.

Atualmente, faz-se necessário explicar as relações externas à propriedade, devido à maior integração da agricultura ao mercado, tanto de insumos industriais como de produtos agrícolas.

A teoria trabalho-consumo de Chayanov é insuficiente para explicar a permanência da agricultura camponesa nos dias de hoje, apesar de sua relevância como orientação analítica no plano microeconômico. No atual tempo-espaço, sua tese explica somente a dinâmica de uma agricultura muito pouco subordinada à indústria, ou ainda, um agricultor camponês isolado das relações mercantis pelas restrições agroecológicas ou de infra-estrutura (falta de estradas, barcos, vias de acesso ao mercado). Tal situação fazia sentido numa aldeia ou num espaço territorial próprio e isolado, onde sua sobrevivência seria dada pelo cultivo de produtos de subsistência além de se adquirir muito pouco de fora do ambiente interno para alimentação familiar.

No contexto atual da atividade leiteira ou do cultivo de fumo, por exemplo, pode-se verificar que a relação de dependência com as multinacionais evoca uma subordinação ao capital. Desse modo, não existe nenhuma flexibilização para a ação autônoma do agricultor, seja do método de cultivo, das técnicas de acondicionamento, dos requisitos de qualidade, da sua capacidade de agregação de valor, ou do tempo-espaço do trabalho. Assim, todas as ações do agricultor são meticulosamente conduzidas pelas relações que ele mantém com o capital. Portanto, a tese de Chayanov não contemplaria esse tipo de agricultor, mesmo coexistindo trabalho familiar e pequena área produtiva.

Nesse caso, a produção utiliza-se de insumos, técnicas e procedimentos externos (*inputs*) que evidenciam a existência de uma mínima autonomia em todo o processo produtivo, bem como, no canal de comercialização; isto é, essa autonomia é mínima. Assim, as relações que envolvem atividades agrícolas direcionadas ao mercado coexistem com as regras impostas pelos impérios alimentares, estando a agricultura perfeitamente inserida no mercado, e a tomada de decisão na agricultura, intuitivamente condicionada ao comportamento comercial.

Na lógica da agricultura camponesa a interação com o mercado é mais autônoma, inferindo-se que a relação existente no processo é menos persuasiva e a produção advinda de tal forma que a agricultura consegue barganhar valor de venda pela sua relativa autonomia ao longo de todo o sistema de produção e comercialização. O que se deve analisar é a diversidade das dinâmicas regionais, que são múltiplas e, em cada contexto particular, manifestam-se de forma diferenciada sob influência do sistema alimentar industrial.

Nos anos 1990, ao notarem que os agricultores “camponeses” ainda sobreviviam a todo esse emaranhado de situações negativas pressupostas pelas ciências sociais agrárias, os autores que desejavam explicar a persistência da agricultura camponesa resgatam a obra de Chayanov. Considera-se que ele foi um dos primeiros autores a perceberem que o camponês poderia permanecer, mesmo com o desenvolvimento do sistema capitalista, através das cooperativas que lhe forneceriam escala coletiva para

ascender ao mercado, ou pela sua vantagem comparativa ao precisar de menos renda externa à Unidade de Produção Agrícola (UPA) para sobreviver, pois produzia para o autoconsumo. Diferentemente de Lênin, que defendia a tese do desaparecimento do camponês, e de Kautsky, que argumentava que o camponês até poderia continuar a existir, desde que integrado às indústrias (como acontece nos modernos sistemas de integração), Chayanov percebeu que co-habitariam o espaço rural diversas formas de agricultura.

3. O Cenário Contemporâneo das Transformações da Agricultura: o camponês em cena

Buscamos, aqui, a contribuição de Van der Ploeg (2008), Sabourin (2009) e Wanderley (1996)ⁱ, elementos para a compreensão da condição camponesa na atualidade. Ancorados em suas abordagens, desenvolvemos um cenário no qual transita o campesinato em sua forma contemporânea, identificando seu papel significativo na reconfiguração ou na consolidação do sistema alimentar industrial do século XXI e sua implicação nas múltiplas faces de um espaço rural que se apresenta distante da homogeneização pressuposta pela tradição das ciências sociais agrárias.

Tal cenário é fundamental para ancorar a concepção do que Van Der Ploeg (2008) chama de ‘condição camponesa’, evitando-se a procura por um campesinato com base em perspectivas conceituais que dizem respeito a um passado superado pela transformação que atingiu a agricultura e as condições de vida no espaço rural na última metade do século XX. Essa transformação alcança, mesmo que de forma diferenciada, todas as partes do globo, minando as condições de existência de um modo de vida camponês como descrito nos estudos clássicos da realidade dos séculos XVIII e XIX. Portanto, não se pode manter o debate sobre a existência ou não de camponeses, estando-se presos a caracterizações do passado que, certamente, não podem ser observadas no presente. Ao longo do texto, serão mencionadas algumas dessas caracterizações e suas inadequações à realidade brasileira no atual momento histórico.

As radicais transformações na agricultura e no rural, as quais têm sido registradas nos estudos dos processos de modernização agrícola nos últimos cinquenta anos, sobressaíram-se às permanências no modo de fazer agricultura que caracteriza a condição camponesa. Essas transformações resultam de formas diversas de resposta às estratégias de dominação advindas da expansão do sistema alimentar industrial. Um dos fatores que têm favorecido esse viés analítico em prol das transformações pode estar em uma tendência acadêmica, conforme a observação do iminente sociólogo José de Souza Martins, referindo-se aos sociólogos, a qual pode ser estendida ao campo das ciências sociais agrárias no tocante aos estudos do espaço rural:

“[...] os sociólogos acabaram dominados pelo interesse nas transformações, que são poucas e pouco significativas, enquanto a realidade social está dominada pela permanência e o repetitivo. A Sociologia não tem contribuído significativamente para a compreensão desse predomínio, e suas amplas repercussões sociais e políticas, menos ainda têm contribuído para que a sociedade compreenda a difícil e complicada dialética dos processos sociais contrapostos, de mudança e repetição”. (MARTINS, 2008: 7)

Para esse autor, mesmo que poderosas alterações na realidade rural tenham sido produzidas pela expansão de relações capitalistas de produção, minimizam-se as práticas cotidianas que se reproduzem e se reconstituem de forma constante, tanto no espaço rural, como na periferia dos centros urbanos. Desse modo, a resistência diante da dominação do capital é minimizada, as estratégias e táticas dos atores do campo são subsumidas em pretensa homogeneização em torno de um modelo dominante, o empresário rural (VAN DER PLOEG, 2008). O reconhecido geógrafo brasileiro, Milton Santos (1996), salientava que a racionalidade do capital se expande por todos os espaços, mas gera contra-racionalidades, em um processo complexo e dinâmico, no qual a heterogeneidade dos modos de vida e de ação é muito mais acentuada do que a homogeneidade.

No caso específico da mudança no espaço rural, tem-se insistido em um modelo de interpretação da modernização agrícola como a transformação *necessária*. Esse termo é fundamental nesse contexto, pois busca representar uma tendência histórica inexorável, a qual pode ser apenas retardada, de transformação do agricultor camponês em empresário rural. Essa transformação é compreendida como a passagem de uma racionalidade voltada à reprodução do núcleo familiar para outra voltada à maximização de lucro (tema aprofundado em SILVEIRA, 1994) e é considerada condição para que o agricultor se insira em uma economia de mercado condizente com o desenvolvimento do modo capitalista de produção (VAN DER PLOEG, 2008). Voltaremos a este aspecto mais adiante quando abordarmos as permanências no espaço rural.

Assim, retiraram-se das análises sobre o espaço rural e o “fazer agrícola” os graus de liberdade do agricultor diante das imposições de um processo macro-social. Ele foi hipostasiado como agente capaz de construir formas diferentes de ação e de lutar por sua autonomia, mesmo que altamente condicionado por pressões externas e restrições internas ao grupo familiar e à estrutura disponível na unidade de produção agrícola (SILVEIRA, 1994). Buscar-se-á compreender como tal construção foi possível, onde se tomou parte da realidade: a apropriação pelo capital industrial dos processos de produção agrícola e a dominação da esfera de comercialização (a mediação com o consumidor), como a realidade inteira, desconsiderando-se a realidade construída pelos agricultores em seu cotidiano (SILVEIRA E GUIMARÃES, 2007).

3.1 Van der Ploeg: Os Processos de Industrialização da Agricultura e de recampesinação

Em 2008, foi lançado no Brasil o livro “*Camponeses e Impérios Alimentares*” do autor holandês J. Van der Ploeg, onde ele propõe a chamar novamente a atenção para os entrelaços conceituais e os pressupostos que norteiam a relação entre os camponeses e as indústrias alimentares. Para o autor, ocorrem três grandes processos simultâneos na agricultura contemporânea: o processo de industrialização, de recamponação e de desativação. No entanto, o imenso poder dos “impérios alimentares”, denominação dada pelo autor às grandes corporações que atuam na produção de insumos e na industrialização das matérias-primas agrícolas, tem feito os analistas perceberem como eixo central da transformação da agricultura contemporânea, a crescente subordinação da atividade agrícola à indústria. E, nos últimos anos, têm sido acrescentados, também, como fundamentais, os condicionantes oriundos do poder assumido pelo setor de varejo, cada vez mais concentrado em poucas redes de supermercados de capital transnacional (OOSTERVIER, SPAARGAREN E GUIVANT, 2007).

Concordamos com a importância estratégica da subordinação da agricultura à indústria como Kautsky e seus seguidores, mas as divergências aparecem em relação às implicações sobre o espaço rural e os modos de fazer agricultura, cenário no qual vemos a condição camponesa se transformar, mas não desaparecer do cenário. De outra parte, vemos aqui o camponês da atualidade interagindo nesse processo, mas de forma ativa e não apenas como sujeito que deve se submeter às inevitabilidades externas. Como percebe Van Der Ploeg (2008), o processo de industrialização tende a aumentar a vulnerabilidade dos camponeses e esses reagem de formas diversas.

O processo de industrialização é caracterizado pelo autor como a re-estruturação por que tem passado a indústria agroalimentar nos últimos cinquenta anos, abordada em três diferentes fases, segundo a sistematização de Reardon et al. (2008): a) a re-estruturação do setor atacadista para atender o mercado de massa em crescimento com o processo de urbanização nos países em desenvolvimento (1970-1980); b) a re-estruturação do setor de processamento, caracterizado pela expansão de grandes companhias multinacionais e o desenvolvimento de novas tecnologias que permitiram a desconstrução dos alimentos em seus constituintes fundamentais e sua recombinação em novos produtos industrializados (1980-2000). Nesta fase, assume relevância, a busca em atender as demandas por conveniência e saúde, o que dá origem a dois grandes segmentos de mercado: os produtos pré-prontos para refeições rápidas e os produtos *diet* e *light*, seguidos pelos suplementos alimentares. Não se pode esquecer aqui a importância da expansão do estilo *fast-food* de alimentação, com suas demandas para o setor industrial; c) a re-estruturação do setor de distribuição caracterizada pela expansão das grandes redes de supermercados pelos países em desenvolvimento e a concentração cada vez maior do varejo em seu poder (a partir de 1990).

Esse vigoroso processo de transformação de todo o setor agroalimentar provoca um redimensionamento da produção agrícola, orientado por três desconexões: a) a desconexão entre

produção e consumo no tempo (maior intervalo entre momento de finalização do produto e sua chegada ao consumidor) e no espaço (a globalização dos mercados); b) a desconexão entre produto agrícola e alimento (em que o produto agrícola é desintegrado e tem seus constituintes recombinados segundo os objetivos da indústria alimentar); c) a desconexão entre produção agrícola e agroecossistemas (na qual a crescente artificialização dos sistemas produtivos permitem expandir a produção dos cultivos agrícolas para diferentes agroecossistemas, emancipando cada vez mais a produção agrícola dos limitantes naturais). São essas desconexões que Van Der Ploeg considera como redefinidoras das relações entre os agricultores e a indústria agroalimentar.

Nesse sentido, o autor aponta as consequências desse processo de industrialização da agricultura: o afastamento dos agricultores dos mercados locais e regionais, os chamados circuitos curtos de comercialização, o que os coloca diante da necessidade permanente de inovação tecnológica para atender as exigências de competitividade dos grandes circuitos de mercado; o aumento da vulnerabilidade diante da indústria alimentar, já que esta tem, à sua disposição, uma oferta diversificada de matérias-primas e pode substituir um produto por outro, visto que seus elementos-base da nova indústria alimentar estão disponíveis em vários produtos agrícolas, como demonstrado por Pollan (2007).

E, obviamente, a possibilidade das várias regiões do mundo produzirem os mesmos elementos básicos para a indústria alimentar reduz as vantagens comparativas presentes no passado, resultado da crescente indiferenciação dos agroecossistemas, possibilitada pelas inovações tecnológicas recentes (biotecnologias, engenharia genética). Tal contexto impõe uma grande vulnerabilidade às unidades de produção agrícola em suas condições de reprodução. Essa vulnerabilidade tem exacerbado a seletividade dentro de cada cadeia agroalimentar, resultando na exclusão de milhares de agricultores das atividades agrícolas ou na sua marginalização dos mercados por sua incapacidade de atingir o padrão exigido em quantidade ou qualidade.

Essa verticalização das relações agricultura-indústria, sob a coordenação da segunda, tem provocado transformações na forma de produzir e na apropriação do espaço rural. No Brasil, observou-se na década entre 1980 a 1990, a exclusão de quatrocentos mil suinocultores do estado de Santa Catarina, vítimas da re-estruturação dos padrões de produção. Os novos padrões implicaram no aumento do número de suínos abatidos por unidade de produção e a separação dos produtores por estágio de produção (maternidade, creche, terminação), além da pressão diante dos problemas ambientais causados pelos dejetos de suínos (GUIVANT e MIRANDA, 1999). Como mostram os autores, os programas de redução da poluição causada pela suinocultura em um modelo intensivo de produção, sob a coordenação das grandes agroindústrias processadoras, procuram atuar sobre o suinocultor, debitando sob sua responsabilidade o tratamento adequado dos dejetos exigido pela legislação vigente.

Nessa nova condição, modificam-se as práticas de criação e retira-se do agricultor sua autonomia de definir a escala de produção, a qual, no sistema de ciclo completo anterior, dependia da capacidade de produção de alimentos para os animais e do fator disponibilidade de mão-de-obra na unidade familiar. Assim, estabelece-se uma relação de intensa dependência em relação à indústria, no fornecimento do material genético, de ração, de procedimentos de produção, o que caracteriza, na tipologia estabelecida por Van Der Ploeg (2008), um empresário familiar totalmente orientado para e pelo mercado.

A complexidade desse processo pode ser percebida na análise realizada por Wilkinson (1997), sobre a suinocultura catarinense. O autor demonstra que para manter o agricultor produzindo nesse sistema de integração à indústria, torna-se fundamental que ele realize, também, outras atividades simultâneas. Assim, com a produção de grãos, de pequenos animais, processamento de matéria-prima de origem animal ou vegetal (a chamada agroindústria familiar) ou até atividades não-agrícolas (membros da família trabalhando parcial ou integralmente na indústria, comércio ou prestação de serviços), a unidade de produção agrícola familiar adquire competitividade sistêmica (WILKINSON, 1997). Para o autor, a articulação entre atividades produtivas e fatores de produção, cujo resultado é a complementaridade de renda, permite que o sistema, em seu todo, garanta competitividade, mesmo se, individualmente, as atividades não a alcancem.

Mesmo utilizando uma abordagem próxima ao enfoque de Kautsky, John Wilkinson oferece, nesse estudo e em outros sobre a produção leiteira, também no estado de Santa Catarina, uma evidência: fatores intrínsecos à UPA e às estratégias para reprodução das condições de permanência na atividade agrícola podem explicar a capacidade do camponês integrar-se à indústria, mantendo características próprias à condição camponesa. Tais características seriam a gestão do trabalho familiar e dos recursos naturais disponíveis e a mobilização de estratégias de cooperação, sempre voltadas para garantir o atendimento das necessidades básicas da família. Estamos diante de argumentos Chayanovianos resgatados para compreender a relação agricultor-mercado.

O mesmo processo de vulnerabilização dos agricultores familiares foi documentado, na Inglaterra, por Lowe et al. (2001), em relação ao setor leiteiro. Nos anos 1980, reduziu-se em 43% o número de unidades de produção e passou-se a exigir um mínimo de 53 vacas em lactação e um patamar de 63 vacas/unidade como ideal. Em decorrência, os agricultores tiveram que enfrentar novos problemas, oriundos do aumento da geração de resíduos contaminantes da água e do solo, justamente em um cenário de pressão dos órgãos de fiscalização ambiental.

No setor fumageiro, na avicultura e na fruticultura, setores em que a coordenação da indústria é mais direta e baseada em contratos de metas, o processo de industrialização deixa pouco espaço de liberdade aos agricultores e tende a transformá-los em empresários familiares, que perdem muito de sua condição camponesa (VAN DER PLOEG, 2008). Mas, mesmo em segmentos em que a coordenação da

indústria é mais flexível, os patamares de escala tendem a ser necessários para permitir a competitividade, seja via produtividade física/ha, seja via redução de custos de produção, sempre na lógica de diminuição da vulnerabilidade aos efeitos das variáveis naturais. Para Reardon et al. (2008), a permanência da competitividade da produção em pequena escala depende dos laços dos agricultores com os mercados locais e regionais, e da inexistência no mesmo setor de produção de unidades que operem em grande escala.

A correção dessa análise de Reardon et al. (2008) pode ser observada no setor fumageiro, alicerçado em unidades de produção com pequena área disponível, com intensa utilização de mão-de-obra e sem participação relevante da produção em grande escala por empresas capitalistas, no sentido utilizado por Van Der Ploeg (2008), - grande disponibilidade dos fatores de produção terra e capital, produção orientada pelas demandas da indústria alimentar, voltadas normalmente para produtos com espaço nos mercados internacionais. Também parece ilustrar a tese dos autores supracitados, a produção de feijão, a qual até poucos anos concentrava-se em unidades de produção familiar da região sul e nordeste, mais centrada na força de trabalho disponível. Nos anos 1990, essa cultura foi introduzida no estado do Paraná, na região sudeste e no centro-oeste, em grandes unidades de produção baseadas em alta mecanização e em variedades com maior produção por hectare, implicando utilização de mais insumos químicos e, frequentemente, de irrigação.

No entanto, a própria impossibilidade de inserir as unidades de produção nos patamares exigidos pela indústria faz com que, paralelamente, muitas famílias optem por outros caminhos. Van Der Ploeg (2008) chama de “processo de desativação” as circunstâncias em que a exclusão atinge uma região inteira, ou seja, a atividade agrícola naquele espaço deixa de ser viável ou interessante aos impérios alimentares.

Outra possibilidade de sobrevivência das unidades de produção de pequena escala, baseadas no fator trabalho, seriam os mercados para produtos diferenciados, atinentes a mercados regionais específicos e a segmentos de consumidores interessados em produtos com qualidade superior, seja por possuírem atributos sociais, ecológicos ou culturais (SILVEIRA, 2009; SILVEIRA, 2010). Nesse caso, além dos produtos da agricultura ecológica, também se incluem os produtos que buscam diferenciar-se pelo saber-fazer artesanal, de posse das famílias agricultoras, herdado de gerações passadas (SILVEIRA et al., 2008), assumindo papel estratégico no acesso a mercados específicos.

Retomando a análise de Van Der Ploeg, percebe-se que esse complexo e abrangente processo de industrialização impõe um contexto em que os preços agrícolas descendentes pressionam tão profundamente os agricultores, que, para resistir, muitos buscam trilhar um caminho que os afaste o máximo possível dos tentáculos dos impérios alimentares. E, como vimos anteriormente, a exigência de escala de produção e um sistema altamente dependente de insumos industriais, têm gerado graves problemas ambientais, causando enorme impacto sobre a qualidade dos recursos naturais disponíveis aos

agricultores e suas famílias. A poluição dos recursos hídricos, inclusive dos lençóis freáticos mais profundos, e a contaminação dos alimentos, associadas à pressão do Estado, que responsabiliza os agricultores pelos problemas ambientais, criam um contexto em que proliferam estratégias de resistência a esse modelo “industrial” de agricultura.

Essas estratégias estão inseridas no que Van der Ploeg (2008: 23) denomina de processo de *recampesinação*: “uma expressão moderna para a luta por autonomia e sobrevivência em um contexto de privação e dependência. A condição camponesa não é, definitivamente, uma condição estática. Ela representa uma linha através do tempo, com movimentos ascendentes e descendentes”.

Para o autor, esse movimento, crescente na América Latina, mas também presente nos países centrais, não é percebido por muitos pesquisadores, por duas razões principais. Primeiro, porque, presos aos conceitos clássicos de campesinato como um ente isolado do mercado e voltado para subsistência, não percebem que existem várias formas de fazer agricultura e de se relacionar com o processo de industrialização. Em segundo lugar, porque desconsideram as características sociais e político-culturais das ações econômicas estudadas pela sociologia econômica, herdeira dos escritos de Karl Polany (VINHAS, 2001; SWEDBERG, 2002), e têm, assim, dificuldade de perceber as permanências de elementos sócio-culturais que afastam os agricultores do modelo de empresário rural maximizador de lucro. Estes elementos são referenciados nos textos de Sabourin (2009) e Wanderley (1996) examinados a seguir.

3.2 Os Elementos sócio-culturais da condição camponesa

A argumentação de Van der Ploeg, analisada anteriormente, sobre a permanência da condição camponesa na atualidade, fundamenta-se na relação dos agricultores com o mercado consumidor e os impérios alimentares. Já na análise de Sabourin, a preocupação é muito mais voltada para os aspectos sociológicos e antropológicos da vida do camponês, empiricamente verificáveis ainda hoje.

Em sua obra, “*Camponeses do Brasil: entre a troca mercantil e a reciprocidade*”ⁱⁱ, Eric Sabourin faz uma crítica discreta aos autores brasileiros, cujas obras o teriam levado a não esperar encontrar, no nordeste brasileiro (local onde desenvolveria seu trabalho), camponeses, mas, trabalhadores rurais (ou sem-terra) ou pequenos proprietários mestiços completamente integrados ao mercado e à sociedade global. Na realidade empírica, ao contrário, notou uma aproximação muito grande dos tipos sociais encontrados com as caracterizações de Mendras e Wolf, clássicos dos estudos camponeses.

Nessa obra, Sabourin mostra que o camponês mantém práticas fundamentadas na reciprocidade, as quais contribuem intensamente para a sobrevivência do campesinato, pois demonstram uma lógica diferente da perspectiva capitalista do empresário rural moderno. Primeiro, o camponês está preocupado

em minimizar os riscos e se proteger, travando suas relações com o ambiente externo (existentes e necessárias) com o cuidado de preservar os seus escassos recursos. Segundo, as trocas de trabalho nas unidades camponesas ou as formas de ação coletiva acabam sendo uma lógica totalmente diferenteⁱⁱⁱ, ou seja, Sabourin argumenta que as relações de trabalho não são monetarizadas, ou seja, não são mediadas pelo dinheiro. Essas, por sua vez, conduzem à tese de que o campesinato conseguirá sobreviver dentro do sistema capitalista^{iv} sem, no entanto, deixar de se relacionar com suas instituições.

Na mesma linha de estudo, o artigo “*Raíces Históricas do Campesinato Brasileiro*” (WANDERLEY, 1996) adverte para a questão do interconhecimento, das dinâmicas locais de poder, do modo de vida do camponês. A análise não deixa de estar influenciada por Henri Mendras, quando esse analisa a agricultura camponesa, como ela mesma adverte:

“Henri Mendras identifica cinco traços característicos das sociedades camponesas, a saber: uma relativa autonomia face à sociedade global; a importância estrutural dos grupos domésticos, um sistema econômico de autarquia relativa, uma sociedade de interconhecimento e a função decisiva dos mediadores entre a sociedade local e a sociedade global”. (WANDERLEY, 1996)

Wanderley orienta sua análise para o campesinato brasileiro, enfatizando que a agricultura camponesa não se identifica simplesmente com uma agricultura de subsistência, mas deve ser compreendida como outra forma particular da agricultura familiar. Sabourin, na mesma linha de pensamento de Wanderley, analisa as relações sociais do camponês sob olhar sócio-antropológico e ambos tentam explicar como o camponês se relaciona internamente (dentro da porteira) e em relação à sociedade global.

Sabourin retoma as questões relativas a mercados incompletos, já citadas em 1992 por Abramovay. Assim, a relação dos camponeses com os atravessadores, varejistas e comerciantes (canais de comercialização) não é identificada plenamente com o desenvolvimento capitalista. Desse modo, não se trata de uma relação somente fundamentada no preço e nas relações de mercado, mas inclui graus de confiança, de credibilidade, que estruturam espaços sociais nos quais imperam convenções não estritamente mercantis (VINHAS, 2001; SILVEIRA, 2009). Wanderley (2009:41) retoma a discussão dos camponeses como uma classe dentro da agricultura familiar:

“Que fique claro, desde já, que entre agricultores familiares e camponeses não existe nenhuma mutação radical que aponte para a emergência de uma nova classe social ou um novo segmento de agricultores, gerado pelo Estado ou pelo mercado, em substituição aos camponeses, arraigados às suas tradições”.

Nesse sentido, Van der Ploeg (2008) alerta para a transitividade entre o que denomina de “agricultura camponesa” e “agricultura familiar empresarial”, argumentando que a diferença entre os dois tipos é o grau de integração ao mercado, a qual é definida pela maior ou menor autonomia na alocação do

fator trabalho, na utilização dos recursos naturais e nas reais opções de mercado. Assim, em momentos de crise, agricultores familiares empresariais podem se afastar relativamente do mercado, buscando proteger-se e garantir a condição de reprodução da família, podendo voltar a orientar sua estratégia para atender as demandas do mercado em contextos favoráveis à valorização de seus produtos.

Wanderley alerta que a imagem do camponês dominado, permanece na condição de não sujeito, apenas assumindo novas facetas. A autora lembra que, no passado, a sociedade atribuía ao camponês a imagem do Jeca Tatu, lendário personagem de Monteiro Lobato, que o caracterizou como um ator que contribuiu para o atraso (inaptidão para modernizar-se) e para a incultura, não o reconhecendo como ator capaz de construir o progresso social do país. Nesta perspectiva,

“Aos camponeses eram atribuídas práticas e atitudes que os conduziam à sua própria miséria e isolamento: pouco interessados em ampliar seu processo produtivo, limitar-se-iam a obter pelo seu trabalho o estritamente necessário à subsistência imediata; avessos a riscos, evitariam enfrentar as vicissitudes do mercado; fechados em seu próprio mundo, recusariam a influência das escolas. Nos diversos e sucessivos programas implantados, o Estado faz uso de eufemismos para substituir a própria palavra ‘camponês’, associada ao banido movimento das Ligas Camponesas, tais como pequenos produtores e produtores de baixa renda, todos eles desprovidos de referências positivas a essa categoria de agricultores. No mesmo sentido, a extensão rural, um dos programas de maior capilaridade no meio rural e com foco na família do agricultor, foi praticamente substituída, com a criação da Embrapa, no início dos anos 1970, pelo enfoque dos pacotes tecnológicos, destinados a cada produto separadamente”. (WANDERLEY, 2009:37-38)

Hoje, a imagem projetada do camponês é a do excluído, aquele que, preso no passado, não acompanhou o desenvolvimento capitalista e mantêm-se afastado das relações de sociabilidade da sociedade moderna, mediadas pelo dinheiro e pela informação. Desse modo, limitado a uma visão aldeã e restrita, o camponês estaria colocado na periferia do sistema.

Para Wanderley (2009), os agricultores familiares, em sua ampla diversidade, têm feito sua parte: acrescentaram em sua história experiências virtuosas com o trato da terra e da água, organizaram-se e expressaram suas opiniões, conquistaram aliados para suas causas e aprenderam a dialogar com diversas instituições. Contudo, pouco ou quase nada está conquistado, mas a autora alerta que está na hora da sociedade dar um voto de confiança a esses agricultores e reconhecer sua capacidade de assumir seu papel como ator social, protagonista da construção de outra agricultura e de outro meio rural para o Brasil. Pode-se afirmar que, nessas contribuições dos agricultores familiares, está inserido muito da sua condição camponesa como apresentada mais adiante.

A autora se posiciona como uma defensora da agricultura familiar (classe que abrange o camponês), salientando sua importância e a necessidade do camponês tomar frente no processo de desenvolvimento da agricultura. Valorizam-se o interconhecimento herdado pelos agricultores, o seu modo de vida e a sua inserção local e supra-local como forma de projetar seu futuro. Como enfatiza Sabourin (2009), quando reproduzem em seu modo de vida as relações de reciprocidade, os camponeses

se opõem concretamente à lógica da competitividade individual, em que cada um, com seu escasso recurso, busca maximizar o produto gerado pela família e manter seu espaço junto às redes agroalimentares. Na tentativa de preservar sua autonomia e na definição de sua vida, o camponês de hoje busca na solidariedade local e na potencialização de relações favoráveis com as instituições estatais constituir uma forma de sobrevivência.

3.3 O camponês quer fazer história: indo além da condição camponesa

Na busca de referências do movimento social na luta pela terra, encontra-se o termo “agricultura camponesa”, no qual há uma tentativa de identificação com uma forma de praticar agricultura. Nesta perspectiva,

“Entende-se por camponesas aquelas famílias que tendo acesso à terra e aos recursos naturais que esta suporta resolvem seus problemas reprodutivos a partir da produção rural -extrativista, agrícola e não-agrícola - desenvolvida de tal modo que não se diferencia o universo dos que decidem sobre a alocação do trabalho dos que sobrevivem com o resultado dessa alocação. Essas famílias, no decorrer de suas vidas e nas interações sociais que estabelecem, desenvolvem hábitos de consumo e de trabalho e formas diferenciadas de apropriação da natureza que lhes caracteriza especificidades no modo de ser e de viver no âmbito complexo das sociedades capitalistas contemporâneas”. (VIA CAMPESINA, 2009: 1)

Pode-se notar que essa concepção da via campesina tem seu pano de fundo em percepções chayanovianas, o que atribui ao camponês uma identidade centrada na viabilização das condições para reprodução familiar a partir de um equilíbrio trabalho-consumo. Nessa forma de pensar o camponês, minimiza-se o papel das relações com o meio externo, vistas como desfavoráveis e responsáveis pela sua subordinação ao sistema alimentar industrial. Assim, tais relações, se inevitáveis, devem pautar-se por outros valores e ter, na subsistência alimentar das famílias, sua principal orientação.

Também coerente com o enfoque chayanoviano, acredita-se que o campesinato se relacionaria com o capital através de cooperativas como forma deles obterem escala para participar do mercado. Assim, os camponeses se valem de tal artifício para comercializar seus produtos de forma mais autônoma, mas sua racionalidade interna de produção não é afetada. Aqui precisamos ver com mais atenção esta proposição.

Neste ponto, concordamos com o alerta de Van der Ploeg (2008; 2009), para a confusão frequente entre subsistência e produção para o consumo. Se tomássemos a produção para o consumo como critério para estabelecer a condição camponesa, estaríamos excluindo dessa condição um amplo conjunto de famílias que pelos atributos até agora afirmados estariam nesse contexto. O fato é que a alocação do trabalho em uma ou mais atividade voltada ao mercado, viabilizando renda capaz de garantir os meios de

subsistência para a família não retira os agricultores da condição camponesa, mas pode ser manifestação desta. Precisa-se, pois, considerar que tal decisão pode ser uma forma da família, a partir de seus recursos escassos, almejar sua manutenção como agricultora e, mais, exercer sua autonomia diante das possibilidades oferecidas pelas relações com o mercado.

Vejamos com mais vagar tal situação, pois tendo a centralidade de sua lógica na alocação do fator trabalho, cabe ao agricultor definir qual a melhor forma de gerar as condições econômicas necessárias para reprodução da família e a viabilização da qualificação dos recursos disponíveis, sejam esses recursos naturais ou estruturais. Assim, tal alocação pode incluir, também, a chamada pluriatividade (trabalhos fora da atividade agrícola), esta como estratégia de remunerar melhor a força de trabalho. Teoricamente, significa compreender o “fazer agricultura” como além de cultivar a terra e colher seus frutos, mas viver na e da terra.

Diferentemente da análise de Chayanov, aqui se considera insuficiente e inadequado analisar a atual condição camponesa apenas a partir das relações internas às Unidades de Produção Familiares. Acredita-se que também se deve atentar para a forma como essas relações são articuladas para viabilizar a reprodução dessas unidades, o que exige compreender os espaços de liberdade diante dos mercados e da sociedade envolvente com suas imposições políticas e culturais. Essas duas questões, a centralidade do trabalho e a forma de alocação dos recursos disponíveis, agregadas a uma terceira, as diferentes formas de utilização da base de recursos naturais disponíveis, constituem o cerne da condição camponesa na contemporaneidade.

Em sua análise da organização social e da espacialização dos sem-terra, realizada em conjunto com outros pesquisadores no Estado de Goiás, Marques (2008) chama a atenção para o processo de recampesinação que acontece com o assentamento das famílias. Ele percebe que o retorno do camponês à terra, permitido por sua luta como sem-terra, é marcado por conflitos, ambiguidades e contradições, que traduzem a difícil passagem do projeto de vida para a prática. Nesse sentido, os camponeses não negam a lógica do capital, mas descobrem caminhos para diminuir esse grau de dependência e preservar seus valores mais fundamentais. Enfim, existem inúmeros exemplos particulares sobre tal, dos quais, foram apresentados alguns para se evitar repetição e perda de foco, com tantas realidades existentes. O que realmente importa nesta reflexão é a associação entre os clássicos e os contemporâneos e o modo como os camponeses se portam no sistema alimentar industrial atualmente.

4. Finalmente: e a condição camponesa?

Em 2009, Van der Ploeg sistematizou seu arcabouço teórico sobre a agricultura camponesa em sete teses.

A primeira tese: A agricultura camponesa constitui parte altamente relevante e indispensável da agricultura mundial; diferencia o campesinato da agricultura empresarial, em que o primeiro é movido pelo capital ecológico e o segundo se afasta progressivamente da natureza quando usa insumos e outros fatores artificiais que substituem os recursos naturais. Infere-se que a agricultura camponesa é muito mais expressiva e deve ser valorizada, pois é responsável por parte relevante da produção de alimentos, da geração de emprego e renda, da sustentabilidade e do desenvolvimento da sociedade.

A segunda tese: a atual luta por autonomia é determinante para a agricultura camponesa, pois implica na condição de ser do camponês, luta por autonomia e progresso. O processo de produção agrícola, chamado por Van der Ploeg de “coprodução”, é adaptado a fim de atingir aos interesses da família, ou seja, um equilíbrio na atenção com o mercado e o autoconsumo. A melhoria qualitativa da propriedade se torna essencial para sua autonomia.

A terceira tese: a luta por autonomia fundamentalmente implica – e funciona como – na construção, no uso e no desenvolvimento contínuo do capital ecológico; quanto maior o uso de capital ecológico (recursos naturais da propriedade), mais auto-suficiente o camponês será, ou seja, menos dependente do mercado.

A quarta tese: a centralidade do capital ecológico ajuda a desenvolver (de forma sustentável) a produção agrícola, mesmo sob condições altamente adversas; nesta tese, Van der Ploeg salienta que a agricultura camponesa está orientada principalmente para a busca e a subsequente criação de valor agregado e emprego produtivo. Com o passar do tempo, o aprimoramento da base de recursos e/ou da melhoria da eficiência técnica conduz a sua emancipação.

A quinta tese: o mercado global e os impérios alimentares geram crises agrárias e alimentares permanentes; nesta tese, o autor argumenta que a interação entre a industrialização, o mercado global e o poder dos impérios alimentares criam um novo regime alimentar que afeta a produção agrícola, os ecossistemas, a qualidade do alimento e as suas formas de distribuição. Esse modelo é bem caracterizado pela agricultura familiar empresarial e capitalista de produção.

A sexta tese: se de um lado os campesinatos do mundo estão sofrendo com as muitas consequências do ordenamento imperial da produção de alimentos, por outro, eles constituem a maior resposta; nesta tese, Van der Ploeg adverte para três formas de resistência: a luta velada/sabotagem, a luta aberta e intervenções na organização do trabalho e da produção (introdução de alterações).

A última tese: a resistência camponesa é a principal força motriz da produção de alimentos: “os agricultores capitalistas tendem a fechar suas fazendas-empresas, enquanto os agricultores empresários tendem a desativar seus negócios agrícolas ao mesmo tempo em que redirecionam seus recursos para

outros domínios não-agrícolas” (VAN DER PLOEG, 2009: 28). Apesar dos agricultores camponeses serem tão afetados pela crise quanto os outros, eles reagem de forma diferente para superá-la. Continuam, assim, a produzir alimentos, reduzindo seus custos monetários e buscando um preço justo e maior segurança para atender as necessidades de sua família.

As sete teses de Van der Ploeg englobam a discussão contemporânea sobre o que o campesinato é e sobre seus desafios na agricultura. Elas conduzem a uma reflexão sobre a importância da produção de alimentos, da autonomia, do capital ecológico e da resistência do campesinato aos sistemas alimentares industriais. Tais argumentos conduzem à importância, cada vez maior, de se encontrar uma nova forma do campesinato interagir com o mercado, sem afetar seu modo de produção e sua racionalidade camponesa. A luta camponesa e sua resistência, também, serão favorecidas pelo próprio avanço desordenado do capital que insere o camponês numa condição de subordinação. A questão que surge é “como conduzir a este grande objetivo, sem ser cercado pelas exigências do capitalismo?”

Inevitavelmente, as discussões em torno do campesinato são complexas, seja dentre os movimentos sociais, seja no ambiente acadêmico. Ao se propor analisar a esfera da persistência do camponês sob as abordagens atuais, tem-se uma longa e extensa discussão intelectual, a qual permanece em aberto. No entanto, as inferências aqui destacadas já contribuem para um passo adiante no debate.

5. Considerações Finais

Não faz parte do escopo deste artigo a tentativa de especular sobre as políticas públicas e o sentido que assumem no processo de desenvolvimento da agricultura no país, tampouco qual o projeto tem sido trilhado pelo Estado e pelos movimentos sociais ao construí-las e implantá-las. Esse esforço tem sido realizado por outros autores, mas acreditamos que, de nossa proposta analítica, poder-se-iam inferir algumas questões relevantes.

Nossa pretensão foi mostrar que a invisibilidade construída do camponês e a incompreensão da condição camponesa na atualidade têm consequências graves sobre os arcabouços analíticos do espaço rural e da forma de ação do sistema alimentar industrial em seu percurso de subordinar a agricultura e os agricultores a sua lógica de valorização do capital. Mas, também relacionado a esses arcabouços, está o fato de não haver políticas públicas que visem reforçar tal condição camponesa (com raras exceções pontuais), pois a linha mestra continua sendo a potencialização da inserção da agricultura familiar nos mercados nacionais e mundiais, negligenciando o fato de que tal inserção pode significar a mudança de orientação da alocação dos fatores de produção disponíveis e a crescente vulnerabilidade das famílias rurais.

Desse modo, quando nos esforçamos para dar maior consistência à noção de condição camponesa, mostrando sua relação com a base empírica que apresenta nosso espaço rural e com as formulações teóricas que, historicamente, têm buscado interpretar as transformações vividas nas últimas décadas, pensamos em contribuir para uma nova leitura do rural e do “fazer agricultura”. Assim, as permanências podem indicar pontos relevantes na construção da agricultura do futuro, a qual se compreende de forma abrangente como viver na e da terra. Nessa construção, a condição camponesa não é um conjunto de dimensões que explicam a negação à modernização ou à globalização alimentar, mas sim, um conjunto de aspectos que credenciam os camponeses de hoje a perspectivarem a agricultura de amanhã.

6. Referências Bibliográficas

- ABRAMOVAY, R. *Paradigmas do capitalismo agrário em questão*. São Paulo, Hucitec, 1992.
- CHAYANOV, A. *La Organización de la unidad económica campesina*. Buenos Aires: Ediciones Nueva Visión, 1974.
- GOODMAN, D.; SORI, B.; WILKINSON, J. *Da Lavoura às Biotecnologias*. Rio de Janeiro: Campus, 1990.
- GRAZIANO DA SILVA, J. *A modernização dolorosa*. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.
- GUIVANT, J. S.; MIRANDA, C. As Duas caras de Jano: Agroindústrias e agricultura Familiar Frente a Questão Ambiental, Brasília, EMBRAPA, *Cadernos de Ciência e Tecnologia*, vol. 16, n.3, set/dez 1999: 85-128.
- KAUTSKY, K. *A questão Agrária*. Porto: Portucalense, 1972.
- LAMARCHE, H. *A agricultura familiar*. Campinas: UNICAMP, 1993. 336 p.
- LÊNIN, V. L. *O desenvolvimento do Capitalismo na Rússia: o processo de formação do mercado interno para a grande indústria*. Tradução de José Paulo Netto. São Paulo: Abril Cultural, 1982.
- LOWE, P. CLARK, J., SEYMOUR, S. e WARD, N. *Officials, Advisors and Farmers: The Local Construction of Agricultural Pollution and its Regulation*. In: *On the Interface Between Policy and Development, PART IV*, London, SAFE Alliance, 1995.
- MARQUES, M. I. M. A atualidade do uso do conceito de camponês. Presidente Prudente: *Revista NERA*, Ano 11, nº. 12, pp. 57-67, Jan.-jun./2008.
- MARTINS, J. S. *Da Roça para o Mundo em: Sociologia – Ciência e Vida*, ano II, N 20, São Paulo, ed. Escala, 2008.
- MULLER, G. *Complexo Agroindustrial e modernização Agrária*. São Paulo: Hucitec Educ, 1989.
- OOSTERVEER, P., GUIVANT, J. e SPAARGAREN, G. Shopping for Green Food in Globalizing Supermarkets: Sustainability at the Consumption Junction, In: PRETTY, J., BALL, A. BENTON, T. GUIVANT, J., LEE, D.

- PFEFFER, M. and WARD, H. (orgs.) *Sage Handbook: Introduction to Environment and Society*, London, Sage (Forthcoming-March 2007).
- POLLAN, M. *O Dilema do Onívoro: Uma história de quatro refeições*. Traduzido por Cláudio Figueiredo. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2007.
- REARDON, T., BARRET, C.B., BERDEGUÉ, J. e SWINNEN, J.F.M. Agrifood Industry Transformation and Small Farmers in Developing Countries. *World Development*, Vol. 37, N 11, pp.1717-1727, 2009. Disponível em: www.elsevier.com/locate/worlddevelopment
- SABOURIN, E. *Camponeses do Brasil: entre a troca mercantil e a reciprocidade*. Rio de Janeiro: Garamond, 2009.
- SANTOS, M. *Técnica, espaço, tempo; globalização e meio técnico científico informacional*. São Paulo: HUCITEC, 1996, 2 ed. P.17
- SILVEIRA, P. R. C. *Reflexões sobre o Modo de Gestão de Sistemas de Produção Agrícolas Familiares- um estudo exploratório*. (Dissertação de Mestrado), Santa Maria: PPGER/UFSM, 1994.
- SILVEIRA, P.R.C.; GUIMARÃES, G. M. Gestão Ambiental em Espaços Rurais - do imperativo técnico á construção sócio-ambiental: O caso do Plano Diretor Urbano Ambiental de Santa Maria-RS. In: *Congresso Brasileiro de Sistemas*. Florianópolis: Congresso Brasileiro de Sistemas, 2007.
- SILVEIRA, P.R.C.; SULZBACHER, A.W.; GUIMARÃES, G. M.; NEUMAN, P. S. A Construção da Identidade Territorial em Sistemas Agroalimentares Localizados: O caso da Região da Quarta Colônia de Imigração Italiana do Rio Grande do Sul - Brasil, In: *IV Congresso da Rede SIAL*, Mar Del Plata, Argentina, outubro de 2008.
- SILVEIRA, P.R.C. Conflitos e Desafios na Comercialização de Produtos Orgânicos nas Redes de Supermercados do Rio Grande do Sul: o caso dos processados orgânicos. In: *XLVII Congresso da SOBER, Anais...* Porto Alegre – RS, Julho de 2009.
- SILVEIRA, P.R.C. da. Alimentos e Bebidas Orgânicas na Comensalidade Contemporânea: o caso dos processados orgânicos do RS-Brasil, Florianópolis-SC, Programa Interdisciplinar de Ciências Humanas, UFSC, Tese de Doutorado, Abril de 2010.
- SWEDBERG, R. Sociologia Econômica: hoje e amanhã. São Paulo, *Tempo Social, Revista de sociologia da USP*, v. 16, n. 2, 2002.
- VAN DER PLOEG, J. D. *Camponeses e Impérios Alimentares: lutas por autonomia e sustentabilidade na era da globalização*. Tradução de Rita Pereira. Porto Alegre: UFRGS, 2008.
- VAN DER PLOEG, J.D. Sete teses sobre a agricultura camponesa. In: *Agricultura familiar camponesa na construção do futuro*. Paulo Petersen (org) - Rio de Janeiro: AS-PTA, 2009.
- VIA CAMPESINA. *Agricultura Familiar ou Agricultura Camponesa?* Material para debate. Apresentação Oral no Curso de Residência Agrária UFSM. Janeiro de 2009.

VINHAS, V. *Polany e a Nova sociologia Econômica: Uma Aplicação Contemporânea do Conceito de Enraizamento Social*. Disponível em: <<http://www.uff.br/revistaeconomica/v3n2/4-valeriavinha.pdf>> Revista Econômica, v.3, n. 2, 2001.

WANDERLEY, M. N. B. Raízes Históricas do Campesinato Brasileiro. In: *XX Encontro Anual da Associação Nacional de Pós- Graduação em Ciências Sociais (ANPOCS)*, GT 17 – Processos sociais agrários, Caxambu (MG), 1996.

WILKINSON, J. *O Estado, a Agroindústria e a Pequena Produção*. Bahia. Hucitec, 1986.

WILKINSON, J. Mercosul e Produção Familiar: abordagens teóricas e estratégias alternativas. *Estudos Sociedade e Agricultura*, Rio de Janeiro, CPDA-UFRRJ, N° 08, Abril de 1997.

WILKINSON, J. Os gigantes da indústria alimentar entre a grande distribuição e os novos clusters a montante. *Estudos Sociedade e Agricultura*, 18 de Abril de 2002. Pg.147-174.

ⁱ Está ciente de que o debate sobre o campesinato extrapola as três abordagens que se apresentará sucintamente, mas opta-se pela sua atualidade na publicação, bem como as formas em que a discussão sobre o campesinato é levantada.

ⁱⁱ O livro foi lançado na oportunidade do 47º Congresso da Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural (SOBER) em Julho de 2009, na cidade de Porto Alegre/RS.

ⁱⁱⁱ A alocação se dá com base nas disponibilidades de trabalho e tecnologias, além das necessidades básicas para reprodução.

^{iv} Cabe ressaltar que a compreensão teórica sob o campesinato são inúmeras e, muitas delas, são levadas a uma realidade. No caso de Sabourin, sua realidade empírica é o Nordeste Brasileiro.